

Mauro Santayana (*)

Há 350 anos, comandando um grupo de homens, o capitão Pedro Teixeira subiu o rio Amazonas e estabeleceu a soberania portuguesa sobre a maior porção do grande vale. Essa soberania, fundada, como tantas outras soberanias, em outros episódios da História, no rito formal e singelo da ocupação, foi transferida em outro gesto formal e singelo, o da independência. Tanto a soberania sobre a Amazônia quanto a independência não se completaram no atirar de um pugilo de terra ao vento, como o fez Pedro Teixeira, nas margens do rio Napo, nem no desembarcar da espada, pelo príncipe, na beira do Ipiranga. Soberania e independência devem ser reafirmadas a cada dia, a cada hora, a cada minuto.

As nações e os Estados não são meros caprichos da História. Constituem uma necessidade básica da vida social. Reunindo homens que falam a mesma língua, comungam as mesmas crenças e ocupam o mesmo território, as nações estabelecem nele as suas leis, elegem governantes, exercem a "suprema potestas". Desde os tempos mais antigos a soberania nacional, entendendo-se como nação os indivíduos com essas características históricas comuns, é exercida. Para defendê-la dos agressores, os homens fabricam armas, reúnem exércitos e não temem morrer.

A idéia de nação só encontra, talvez (e nem sempre), uma que lhe seja superior: a idéia de Deus. Mas é significativo que todas as nações em perigo convoquem Deus como aliado. O Deus de Israel, narram as crônicas bíblicas, entregava aos hebreus os gentios, sempre passados a fio de espada, depois de os haver guiado, na imensidão do deserto, à terra prometida. Os invasores sempre conquistam "em nome de Deus". Khomêini atua em nome de Alá contra as hordas satânicas e, na Irlanda do Norte, Cristo se divide em dois — um que milita entre os protestantes ingleses e outro que batalha em defesa dos nacionalistas católicos.



Alguém pode ser fiel apenas a Deus, esquecendo a sua nação? E uma pergunta que nos cabe, diante da denúncia de grave conspiração contra o Brasil, que estaria sendo coordenada pelo Conselho Mundial das Igrejas. Se tais documentos são autênticos (e tudo indica que o sejam), uma parcela da Igreja está servindo aos mais sórdidos interesses internacionais, e devemos tratá-la com a mesma energia que deve ser dirigida contra os inimigos comuns. Tal como o pastor Ian Pasley, de Belfast, se vale do Evangelho para justificar o massacre de católicos, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) levanta a cruz para roubar aos brasileiros um pedaço de seu território e escarnecer sobre o sacrifício dos que ali lutaram e morreram a fim de edificar os marcos permanentes de soberania.

Queremos crer que tais documentos não sejam da responsabilidade oficial da Igreja, porque nos é inimaginável supor tanta perfídia. Não podemos admitir que missionários se

prestem a receber o dinheiro de grandes produtores de minérios, a fim de manter intocáveis as nossas reservas, e que se valham do generoso sentimento de proteção aos índios, com o objetivo de internacionalizar a hileia.

E difícil aceitar que bispos redijam textos com o cinismo desse parágrafo: "E nosso dever garantir a preservação do território da Amazônia e de seus habitantes aborígenes, para o seu desfrute pelas grandes civilizações européias, cujas áreas naturais estejam reduzidas a um limite crítico". Hitler, em "Mein Kampf", não foi tão preciso ao defender o "direito" dos alemães ao "espaço vital".

Não conseguirão, por mais que o tentem, violar a plena soberania do Brasil sobre a maior parcela de seu território, completada com a gesta ousada de Plácido de Castro. Aliás, convém lembrar que Plácido lutou contra o "Bolivian Syndicante". Naquele tempo, os grandes interesses procuraram valer-se da instabilidade boliviana.

Hoje, mais solertes, utilizam uma instituição da Igreja.

Não é de hoje que "missionários" vêm ocupando a região. Missões protestantes instalam-se, como as católicas, ao longo da faixa de fronteiras e "catequizam" os índios. Com o Evangelho, se é que o levam em sua grandeza, carregam bandeiras e hinos de seu país de origem. Em inúmeras comunidades indígenas as crianças são alfabetizadas em inglês e aprendem a admirar Washington e Lincoln, sem nada conhecer de Tiradentes e de Caxias. Talvez, por pudor, não lhes falem de um certo general Custer.

E certo que o mundo não admite o isolacionismo. O desenvolvimento técnico nos impõe velozes relações econômicas e culturais. Mas é ainda o espírito nacional, visto em suas virtudes, que tem impedido o desmoronamento total da razão.

Foi esse sentimento que se opôs à loucura da Alemanha de Hitler (a exacerbação racista do nacionalismo) e salvou a humani-

dade de nova e organizada barbárie. Esse sentimento, depois da estúpida agressão que sofremos na costa de Sergipe, levou os brasileiros à Itália, e em Pistoia se encontram, com os restos de tantos compatriotas, a marca de nossa dignidade. O Brasil não se agachou diante do golpe: a ele deu a resposta que lhe cabia dar.

Não há Estado nacional que não se tenha construído sobre os conflitos étnicos. César se impôs no Mediterrâneo e na Europa, submetendo os povos, e o grande império sucumbiu depois sob a força das hordas do norte. O império austro-húngaro manteve grande parte dos eslavos sob rígida tirania, negando-lhes até mesmo a língua nativa, até que em Sarajevo disparou-se um tiro que, multiplicado na Primeira Guerra Mundial, acabou com uma dinastia, a dos Habsburgo, orgulhosa das glórias e do poder de Carlos V. Espanha e Portugal rivalizaram-se no aniquilamento das populações ameríndias. E este um pecado de que ninguém está inocente.

E certo que tudo devemos fazer a fim de permitir que os indígenas venham comungar dos benefícios da sociedade moderna. Não podemos aceitar que essa integração se faça com violência, com a usurpação, pela força ou pela astúcia, das terras que ocupam. Mas defender sua manutenção na Idade da Pedra é, acima de tudo, uma tolice. Temos provas suficientes de que lhes basta dar o alfabeto e os números para que eles se mostrem tão aptos à idade contemporânea como qualquer outro homem. A Igreja deve uma palavra clara ao Brasil. Assim como o episódio não pode servir de pretexto para a continuação de uma injustiça contra a qual combate o melhor do clero brasileiro, não se pode admitir que, sob a desculpa da defesa dos direitos indígenas, queiram reservar um "lebensraum" ao futuro os europeus. Entendam os austríacos e outros, sacerdotes ou leigos: aqui não haverá "anschluss".

(*) Jornalista e escritor.